

PPAG 2012-2015, REVISÃO PARA O EXERCÍCIO 2015

INFORMATIVO DE SITUAÇÃO

Rede de Desenvolvimento Integrado em discussão: Desenvolvimento Social e Proteção

Data da Audiência Pública: 05/11/2014

Comissões: Direitos Humanos; Trabalho, Previdência e Ação Social; e Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência

PROGRAMA 011: ASSISTÊNCIA SOCIAL E DIREITOS HUMANOS

Sobre a política de assistência social, destacam-se na proposta de Revisão do PPAG 2012-2015, para o exercício 2015, os seguintes pontos:

- **Redução de 15% da meta financeira da Ação 4301** – Cofinanciamento do Piso Mineiro de Assistência Social –, que tem por objetivo assegurar o cofinanciamento continuado para todos os municípios mineiros, para aprimorar a oferta dos serviços socioassistenciais e benefícios eventuais à população. A redução equivale a 8 milhões de reais (de 53 para 45 milhões). Observa-se que até agosto/2014 a execução financeira desta ação foi de apenas 8%.
- **Exclusão das seguintes ações**, todas incluídas no PPAG 2012-2015, para o exercício de 2014, por meio de emenda por sugestão popular, sem execução em 2014.
 - **Ação 4640** – Serviços de Proteção Social Especial de Alta Complexidade, que tem por finalidade garantir a oferta do serviço de acolhimento institucional.
 - **Ação 4318** – Cofinanciamento de Serviços e Benefícios da Proteção Social Especial, com o objetivo de possibilitar a oferta de ações de proteção social a famílias e indivíduos em situação de risco social e violação de direitos, inclusive com a contratação de equipes municipais para o acompanhamento familiar.
 - **Ação 4319** – Estruturação da rede de Assistência Social no Estado, com a finalidade de assegurar infraestrutura adequada para os serviços

da política de assistência social, bem como possibilitar a aquisição de equipamentos e veículos.

A política de direitos humanos é composta pela Ação 4203 – Promoção de Direitos Humanos –, e pelas seguintes ações, destinadas à proteção e ao atendimento especializado a grupos específicos: 4253 – Programa de Proteção a Vítimas e Testemunhas Ameaçadas (Provita) –; 4642 – Programa de Proteção a Crianças e Adolescentes Ameaçados de Morte (PPCAAM) –; 4645 – Programa de Proteção aos Defensores de Direitos Humanos (PPDDH) –; e 4200 – Restauração de Direitos Humanos. A proposta de revisão ao PPAG para o exercício 2015 mantém todas essas ações, com algumas modificações de nome, finalidade e metas.

A atuação da ALMG, no que toca à proteção e à garantia de direitos de segmentos com maior vulnerabilidade social ou sob algum tipo de risco, tem se dado, especialmente, pela Comissão de Direitos Humanos, inclusive com o encaminhamento de vítimas aos órgãos gestores dos programas de proteção. Sobre o tema, cumpre citar a edição da Lei nº 21.164, de 17/1/2014, que institui o Programa de Proteção aos Defensores dos Direitos Humanos no âmbito do Estado.

Para o exercício 2014 foi aprovada **emenda na Ação 4203** no valor de R\$300.000,00, acrescentando os seguintes recursos específicos: R\$100.000,00 para implantação de banco de dados das entidades e dos movimentos de defesa de direitos humanos no Estado; R\$100.000,00 para implementação do Plano Mineiro de Direitos Humanos; e R\$100.000,00 para execução do projeto Educação de Formadores para Defesa Estratégica dos Direitos Humanos. Verifica-se, entretanto, que não houve execução financeira do recurso (considerando-se o período de janeiro a agosto de 2014).

PROGRAMA 036: TRAVESSIA

Até agosto de 2014 o Programa Travessia apresentou uma execução física e financeira bastante baixa, com exceção da Ação 1211 - Travessia Saúde, que até aquele mês apresentou uma execução financeira de 96%.

A proposta de revisão do PPAG 2012-2015, para o exercício 2015, apresenta alterações no Programa Travessia, entre as quais se destacam:

- **Ampliação das metas física e financeira da Ação 1265** – Porta a Porta: meta física de 1.000 para 300.000 domicílios visitados e meta financeira de 10 mil para 3 milhões.
- **Redução de metas físicas e financeiras:**

- **Ação 1097** – Travessia Educação – Ensino Médio: meta física de 25 para 20 escolas atendidas, meta financeira de 4,4 milhões para 2 milhões de reais.
- **Ação 1051** – Travessia Educação – Educação de Jovens e Adultos: meta física de 106 para 85 escolas atendidas e meta financeira de R\$ 855.000,00 para R\$ 500.000,00.
- **Ação 1176** – Travessia Social: aumento da meta física de 165 para 185 municípios atendidos e redução de 7 milhões de reais na meta financeira (de 36 para 23 milhões de reais).
- **Exclusão da Ação 1160** – Travessia Renda, que tem por finalidade promover a inserção da população em situação de pobreza e vulnerabilidade social no mundo do trabalho, por meio da educação profissional, da elevação de escolaridade e do incentivo à geração de renda por meio do microcrédito. A justificativa é de que essa ação prevê atividades semelhantes a outras já desenvolvidas em ações do Estado, como a Ação 4323 – Elevação de Escolaridade.

PROGRAMA 050: MELHORIA DE INFRAESTRUTURA HÍDRICA NO NORTE E NORDESTE DE MINAS GERAIS

O objetivo do programa é promover a universalização e o uso da água para consumo humano e para a produção de alimentos. A proposta de revisão do PPAG 2012-2015, para o exercício 2015, apresenta alterações que merecem destaque:

- **Alteração do nome da ação**, excluindo as regiões Jequitinhonha e Mucuri, embora na regionalização da ação essas regiões continuem sendo contempladas.
- **Redução das metas físicas e financeiras da Ação 1048** – Água para todos – meta física de 18.645 para 12.101 intervenções realizadas e meta financeira de 106,7 milhões para 3 milhões de reais.

A execução desse programa foi discutida em duas audiências públicas no âmbito da Comissão Extraordinária das Águas, nos anos de 2013 e 2014. Nas audiências, foi relatado que o Norte de Minas vem sendo privilegiado em detrimento dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri, na execução do Programa Água para Todos. Lideranças regionais do Vale do Jequitinhonha questionaram a forma como o programa vem sendo executado, alegando que, até o momento, há apenas projetos de poços artesianos e sistemas simplificados de abastecimento, não havendo obras mais

estruturantes e duradouras. Também foi debatida, por solicitação do Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável, a execução do programa Água para Todos na região do Município de Novo Cruzeiro, no Vale do Jequitinhonha, bem como o difícil acesso à água, para todos os fins, especialmente pelas comunidades rurais e agricultores familiares.

PROGRAMA ASSOCIADO 162 – DESENVOLVIMENTO DAS POLÍTICAS DE DIREITOS HUMANOS

O Programa 162 tem como objetivo promover, garantir e restaurar direitos humanos por meio do desenvolvimento, coordenação, monitoramento e avaliação de políticas públicas com especial atenção a grupos populacionais historicamente vulnerabilizados.

A Secretaria de Trabalho e Desenvolvimento Social – Sedese – é a unidade orçamentária responsável pela execução do programa.

Assim como ocorre em relação ao Programa Estruturador 011, a atuação da ALMG voltada para os públicos com maior vulnerabilidade social se dá, especialmente, por meio da Comissão de Direitos Humanos. São frequentes as audiências públicas e visitas técnicas realizadas pela comissão em todo o Estado, bem como o encaminhamento de pedidos de providências e informações aos órgãos governamentais responsáveis. A comissão tem atuado por meio de parcerias com entidades representativas de movimentos sociais e acompanhado sistematicamente, dentre outras questões, conflitos fundiários em comunidades indígenas e quilombolas, por exemplo.

Na direção da implementação das políticas, vale citar a edição no Estado das Leis nºs 21.152, de 17/1/2014, que estabelece diretrizes e objetivos para a formulação e a implementação da Política Estadual de Combate às Discriminações Racial e Étnica; 21.147, de 14/1/2014, que institui a Política Estadual para o Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais de Minas Gerais; 21.146, de 14/1/2014, que institui a Política Estadual de Agroecologia e Produção Orgânica – Peapo –; e 21.156, de 17/1/2014, que Institui a Política Estadual de Desenvolvimento Rural Sustentável da Agricultura Familiar.

Das nove ações constantes do programa, cinco delas foram mantidas na proposta de revisão do PPAG para o exercício de 2015:

- 4554 – Apoio à Inclusão Social dos Grupos e Indivíduos Vulneráveis e Historicamente Discriminados;
- 4075 – Mobilização pelo Registro Civil (na proposta de revisão denominada Promoção do Registro Civil);

- 4475 – Operacionalização dos Conselhos Vinculados à Subsecretaria de Direitos Humanos (na proposta de revisão denominada Operacionalização dos Conselhos de Direitos Humanos);
- 4035 – Apoio à Estruturação dos Conselhos Tutelares e Municipais dos Direitos da Criança e do Adolescente (na proposta de revisão denominada Estruturação da Rede de Proteção de Direitos Humanos);
- 1075 – Com Licença, Vou à Luta.

Novas Ações: A proposta de revisão para 2015 ainda sugere a inclusão de quatro novas ações:

- 4052 – Operacionalização da Casa de Direitos Humanos (para manutenção e financiamento das atividades da Casa de Direitos Humanos);
- 4120 – Promoção de Direitos Humanos (visando mobilizar, promover e articular políticas públicas de promoção de direitos humanos);
- 4309 – Inclusão e Promoção Social da Pessoa com Deficiência (com o objetivo de garantir a inclusão social dos surdos e pessoas com deficiência auditiva por meio das Centrais de Interpretação de Libras);
- 4314 – Indenizações a Vítimas de Violação de Direitos (referente ao pagamento de indenizações às vítimas de violação de direitos humanos, como tortura praticada por agentes do Estado).

Acerca das novas ações, note-se a relação existente entre a Ação 4120 – Promoção de Direitos Humanos – e a Ação 4203 do Programa Estruturador 011. Por meio da criação da Ação 4120, efetivou-se a diferenciação entre promoção e educação em direitos humanos. A coexistência das duas ações propicia melhor adequação dos conceitos e dos produtos a serem entregues, bem como maior especificidade na disponibilização das metas físicas e financeiras.

Já a inclusão da Ação 4314 reflete um desdobramento da Ação 4200, do Programa Estruturador 011. A Ação 4200 – Restauração de Direitos Humanos – tem como finalidade “realizar a restauração de direitos humanos violados por meio de atendimentos psicossociais e jurídicos ou pagamento de indenização visando a minimizar os efeitos dos danos e evitar a reincidência da violação”. Percebe-se, nessa redação, uma confusão entre o atendimento a ser realizado pelos NAVCVs e o pagamento das indenizações às vítimas, como as previstas pela Lei nº 13.187, de 1999. A existência simultânea das duas ações, conforme proposto para o exercício 2015, propicia melhor compreensão dos objetos das ações e maior possibilidade de controle da execução das metas físicas e financeiras.

Ações excluídas na proposta de revisão do PPAG para o exercício de 2015:

- **Ação 4054** – Capacitação Continuada de Conselheiros – Escola de Conselhos

A justificativa apresentada pelo Poder Executivo para a exclusão é de que a ação será executada na Ação 4203 – Educação em Direitos Humanos –, prevista no Programa Estruturador 011. De fato, a finalidade da Ação 4203 foi modificada para o exercício de 2015. O objetivo, conforme a nova redação, é ofertar formação sobre direitos humanos a cidadãos e aos gestores estaduais e municipais por meio da Escola de Conselhos e da Escola de Formação em Direitos Humanos. Cumpre notar, no entanto, que a exclusão da ação específica da Escola de Conselhos e a junção dos recursos na Ação 4203 generaliza as metas físicas e financeiras e dificulta o controle da formação contínua de conselheiros, que é uma demanda recorrente no Estado.

- **Ação 4079** – Implantação do Plano de Enfrentamento da Violência Sexual Infantojuvenil

Segundo a justificativa do Poder Executivo, “não há previsão de projetos para essa ação e nem mesmo disponibilidade orçamentária para o próximo exercício, pelo que não se justifica sua permanência no orçamento”. A Ação 4079 foi restaurada por emenda do Legislativo quando da revisão ao PPAG 2012-2015 para o exercício de 2013. Suprimida, foi novamente restaurada para o exercício de 2014. E é mais uma vez suprimida para o exercício de 2015, a despeito da relevância da matéria. Ressalte-se que o Plano Estadual de Enfrentamento à Violência contra Crianças e Adolescentes, lançado em Minas Gerais no ano de 2003, pressupõe o constante trabalho voltado para a proteção de crianças e adolescentes, bem como a contínua capacitação de agentes comunitários, profissionais da saúde e dos diversos operadores das políticas públicas no Estado. O trabalho de implementação do plano, nessa perspectiva, deve ser continuado.

Ações que tiveram emendas orçamentárias por sugestão popular ao PPAG para o exercício de 2014:

- 4554 – Apoio à Inclusão Social dos Grupos e Indivíduos Vulneráveis e Historicamente Discriminados: a emenda acrescentou o valor de R\$100.000,00 para a realização de cinco seminários regionais (regiões Jequitinhonha/Mucuri, Norte de Minas, Triângulo, Mata e Sul de Minas), visando discutir a implementação da política da população em situação de rua.
- 4475 – Operacionalização dos Conselhos Vinculados à Subsecretaria de Direitos Humanos: a emenda acrescentou o valor de R\$80.000,00 na ação, especificando o objeto do gasto para a aquisição de veículo para o Conselho Estadual de Direitos Humanos – Conedh.

- 4035 – Apoio à Estruturação dos Conselhos Tutelares e Municipais dos Direitos da Criança e do Adolescente: a emenda restaurou essa ação (que havia sido excluída na proposta de revisão do PPAG para o exercício de 2014), especificando recursos no valor de R\$650.000,00.
- 4054 – Capacitação Continuada de Conselheiros – Escola de Conselhos: a emenda restaurou a ação e seus atributos, estabelecendo a meta financeira de R\$100.000,00.
- 4079 – Implantação do Plano de Enfrentamento da Violência Sexual Infantojuvenil: a ação foi restaurada por emenda, estabelecendo-se a finalidade de expandir o Programa de Ações Integradas e Referenciais no Enfrentamento da Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes – Pair –, revisar o Plano Estadual de Enfrentamento da Violência Sexual Infantojuvenil, realizar campanhas educativas e desenvolver o protagonismo juvenil. A meta financeira estabelecida foi de R\$100.000,00.

Não houve execução financeira dos recursos disponibilizados por emenda nas ações acima (considerando-se o período de janeiro a agosto de 2014). Ver o quadro específico sobre a execução financeira das emendas apresentadas por sugestão popular ao final.

PROGRAMA ESPECIAL 726 – ACESSO À JUSTIÇA

O objetivo do programa é promover o acesso à justiça por meio de assistência jurídica, judicial e extrajudicial, integral e gratuita, ao cidadão que não disponha de recursos financeiros. A Defensoria Pública do Estado é a unidade orçamentária pela execução do programa, composto por quatro ações:

- 4150 – Assistência Jurídica;
- 1099 – Implantação dos Núcleos de Assistência Jurídica Especializada;
- 4033 – Construção e Reforma de Unidades da Defensoria Pública;
- 1050 – Expansão da Defensoria Pública no Estado (**incluída** na proposta de revisão do PPAG para o exercício de 2015).

Foi aprovada uma emenda orçamentária para o exercício 2014, na Ação 1099 – Implantação dos Núcleos de Assistência Jurídica Especializada –, acrescentando o valor de R\$50.000,00 para implantação do Núcleo de Educação em Direitos na sede da Defensoria Pública, em Belo Horizonte. Não há indicativo de execução financeira do recurso (considerando-se o período de janeiro a agosto de 2014).

EXECUÇÃO FÍSICA E FINANCEIRA EM 2014 E PROGRAMAÇÃO PARA 2015

PROGRAMAS ESTRUTURADORES

Programa 011: Assistência Social e Direitos Humanos

	Ação	Produto	Tipo	Meta Física 2014	Realizado	%	Meta Financeira 2014	Realizado	%	Meta Física 2015	Meta Financeira 2015
4200	RESTAURAÇÃO DE DIREITOS HUMANOS	PESSOA ATENDIDA	ESTRUTURADOR	11.000	11.761	107%	R\$ 2.275.642	R\$ 1.402.681	62%	2200	R\$ 2.491.456
4203	PROMOÇÃO DE DIREITOS HUMANOS	PESSOA ATENDIDA	ESTRUTURADOR	5.500	2.748	50%	R\$ 5.924.453	R\$ 150.610	3%	5000	R\$ 500.000
4219	OPERACIONALIZAÇÃO DO CONSELHO ESTADUAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	CONSELHO APOIADO	ESTRUTURADOR	1	1	100%	R\$ 312.386	R\$ 40.900	13%	1	R\$ 1.147.505
4234	COFINANCIAMENTO DE SERVIÇOS PARA MUNICÍPIOS NA EXECUÇÃO DE PROTEÇÃO BÁSICA	SERVIÇO CO-FINANCIADO	ESTRUTURADOR	97	97	100%	R\$ 2.991.000	R\$ 1.994.400	67%	97	R\$ 2.991.600
4236	COFINANCIAMENTO DE SERVIÇOS E BENEFÍCIOS PARA MUNICÍPIOS NA EXECUÇÃO DE PROTEÇÃO ESPECIAL - SÉRIE HISTÓRICA	SERVIÇO CO-FINANCIADO	ESTRUTURADOR	129	139	108%	R\$ 15.085.358	R\$ 8.924.519	59%	147	R\$ 14.753.588
4253	PROGRAMA DE PROTEÇÃO A VÍTIMAS E TESTEMUNHAS AMEAÇADAS - PROVITA	VÍTIMA OU TESTEMUNHA PROTEGIDA	ESTRUTURADOR	82	83	101%	R\$ 2.854.952	R\$ 1.591.992	56%	79	R\$ 1.950.000
4301	COFINANCIAMENTO DO PISO MINEIRO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	MUNICÍPIO ATENDIDO	ESTRUTURADOR	853	300	35%	R\$ 53.160.515	R\$ 4.503.950	8%	853	R\$ 45.038.078
4307	GESTÃO, MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO DO SUAS	MUNICÍPIO APOIADO	ESTRUTURADOR	838	838	100%	R\$ 1.497.800	R\$ 791.013	53%	853	R\$ 971.863

	Ação	Produto	Tipo	Meta Física 2014	Realizado	%	Meta Financeira 2014	Realizado	%	Meta Física 2015	Meta Financeira 2015
4318	COFINANCIAMENTO PARA MUNICÍPIOS NA EXECUÇÃO DA PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL		ESTRUTURADOR	20	0	0%%	R\$ 900.000	R\$ 0	0%%	EXCLUÍDA	EXCLUÍDA
4319	ESTRUTURAÇÃO DA REDE DE ASSISTÊNCIA SOCIAL NO ESTADO		ESTRUTURADOR	129	0	0%%	R\$ 500.000	R\$ 0	0%%	EXCLUÍDA	EXCLUÍDA
4592	QUALIFICAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS DO SUAS	PARTICIPANTE CAPACITADO	ESTRUTURADOR	10.000	6.688	67%	R\$ 3.291.367	R\$ 1.507.912	46%	10000	R\$ 3.111.367
4640	SERVIÇOS DE PROTEÇÃO SOCIAL DE ALTE COMPLEXIDADE		ESTRUTURADOR	200	0	0%%	R\$ 700.000	R\$ 0	0%%	EXCLUÍDA	EXCLUÍDA
4642	PROGRAMA DE PROTEÇÃO A CRIANÇAS E ADOLESCENTES AMEAÇADOS DE MORTÉ - PPCAAM	PESSOA PROTEGIDA	ESTRUTURADOR	195	189	97%	R\$ 2.572.558	R\$ 2.239.935	87%	90	R\$ 1.950.000
4645	PROGRAMA DE PROTEÇÃO AOS DEFENSORES DE DIREITOS HUMANOS - PPDDH	PESSOA PROTEGIDA	ESTRUTURADOR	43	48	112%	R\$ 966.024	R\$ 246.024	25%	46	R\$ 800.000
							R\$ 93.032.055	R\$ 23.393.936	25%	19.366	R\$ 75.705.457

Programa 023: Jovens Mineiros Protagonistas

	Ação	Produto	Tipo	Meta Física 2014	Realizado	%	Meta Financeira 2014	Realizado	%	Meta Física 2015	Meta Financeira 2015
1053	PLUG MINAS	MÓDULO DE OBRA CONCLUÍDO	ESTRUTURADOR	3	0	0%	R\$ 4.798.988	R\$ 0	0%	EXCLUÍDA (transferida para o Prog. 23, da Rede de Educação e Desenvolvimento Humano)	
1192	MINAS MAIS JOVEM - JUVENTUDE	ESPAÇO IMPLANTADO	ESTRUTURADOR	1	0	0%	R\$ 2.924.851	R\$ 0	0%	EXCLUÍDA	

1053	PLUG MINAS	MÓDULO DE OBRA CONCLUÍDO	ESTRUTURADOR	3	0	0%	R\$ 4.798.988	R\$ 0	0%	EXCLUÍDA (transferida para o Prog. 23, da Rede de Educação e Desenvolvimento Humano)
	MINEIRA EM REDE									
4174	POUPANÇA JOVEM	ALUNO ATENDIDO	ESTRUTURADOR	76.888	93.035	121%	R\$ 57.678.742	R\$ 8.956.330	16%	EXCLUÍDA (transferida para o Prog. 23, da Rede de Educação e Desenvolvimento Humano)

Programa 025: Cultivar, Nutrir e Educar será apresentado e discutido no âmbito da Rede Desenvolvimento Rural

Programa 036: Travessia

	Ação	Produto	Tipo	Meta Física 2014	Realizado	%	Meta Financeira 2014	Realizado	%	Meta Física 2015	Meta Financeira 2015
1051	TRAVESSIA EDUCAÇÃO - EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS	ESCOLA ATENDIDA	ESTRUTURADOR	106	0	0%	R\$ 855.000	R\$ 0	0%	85	R\$ 500.000
1093	TRAVESSIA EDUCAÇÃO - ENSINO FUNDAMENTAL	ESCOLA ATENDIDA	ESTRUTURADOR	35	0	0%	R\$ 290.000	R\$ 20.117	7%	60	R\$ 8.184.000
1097	TRAVESSIA EDUCAÇÃO - ENSINO MÉDIO	ESCOLA ATENDIDA	ESTRUTURADOR	25	0	0%	R\$ 1.215.000	R\$ 0	0%	20	R\$ 2.000.000
1160	TRAVESSIA RENDA	ATENDIMENTO AO CIDADÃO REALIZADO	ESTRUTURADOR	3.200	35	1%	R\$ 700.000	R\$ 0	0%	0	R\$ 0
1176	TRAVESSIA SOCIAL	MUNICÍPIO ATENDIDO	ESTRUTURADOR	165	194	118%	R\$ 35.615.539	R\$ 5.004.237	14%	185	R\$ 23.389.073
1211	TRAVESSIA SAÚDE	MUNICÍPIO BENEFICIADO	ESTRUTURADOR	70	75	107%	R\$ 4.197.785	R\$ 4.025.608	96%	70	R\$ 4.200.000
1265	PORTA A PORTA	DOMICÍLIO VISITADO	ESTRUTURADOR	1.000	0	0%	R\$ 10.000	R\$ 0	0%	300.000	R\$ 3.156.578
4300	BANCO TRAVESSIA	FAMÍLIA BENEFICIADA	ESTRUTURADOR	7.723	9.237	120%	R\$ 9.791.000	R\$ 138.230	1%	9.653	R\$ 6.000.000
							R\$ 52.674.324	R\$ 9.188.193	17%		R\$ 47.429.651

Programa 050: Desenvolvimento Social dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri e Norte de Minas

	Ação	Produto	Tipo	Meta Física 2014	Realizado	%	Meta Financeira 2014	Realizado	%	Meta Física 2015	Meta Financeira 2015
1048	ÁGUA PARA TODOS - UNIVERSALIZAÇÃO DO ACESSO E USO DA ÁGUA	INTERVENÇÃO REALIZADA	ESTRUTURADOR	18.645	18.711	100%	R\$ 214.741.410	R\$ 57.420.446	27%	12.101	R\$ 3.058.943

PROGRAMAS ASSOCIADOS E ESPECIAIS COM AÇÕES QUE RECEBERAM EMENDA ORÇAMENTÁRIA POR SUGESTÃO POPULAR

Programa Associado 162: Desenvolvimento das Políticas de Direitos Humanos

	Ação	Produto	Tipo	Meta Física 2014	Realizado	%	Meta Financeira 2014	Realizado	%	Meta Física 2015	Meta Financeira 2015
4035	APOIO À ESTRUTURAÇÃO DOS CONSELHOS TUTELARES E MUNICIPAIS DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE	CONSELHO APOIADO	ASSOCIADO	214	0	0%	R\$ 650.000	R\$ 0	0%	1	R\$ 1.000
4054	CAPACITAÇÃO CONTINUADA DE CONSELHEIROS - ESCOLA DE CONSELHOS	CONSELHEIRO CAPACITADO	ASSOCIADO	900	240	27%	R\$ 882.358	R\$ 47.894	5%	EXCLUÍDA	
4079	IMPLANTAÇÃO DO PLANO DE ENFRENTAMENTO DA VIOLÊNCIA SEXUAL INFANTOJUVENIL	PLANO IMPLANTADO	ASSOCIADO	1	0	0%	R\$ 393.848	R\$ 293.848	75%	EXCLUÍDA	

4475	OPERACIONALIZAÇÃO DOS CONSELHOS VINCULADOS À SUBSECRETARIA DE DIREITOS HUMANOS	CONSELHO APOIADO	ASSOCIADO	6	6	100%	R\$ 608.898	R\$ 88.777	15%	6	R\$ 208.000
4554	APOIO A INCLUSÃO SOCIAL DOS GRUPOS E INDIVÍDUOS VULNERÁVEIS E HISTORICAMENTE DISCRIMINADOS	PESSOA ATENDIDA	ASSOCIADO	401	285	71%	R\$ 3.626.000	R\$ 697.047	19%	293	R\$ 2.500.000

Programa Associado 156: Incentivo à Cadeias Produtivas Reregionais

	Ação	Produto	Tipo	Meta Física 2014	Realizado	%	Meta Financeira 2014	Realizado	%	Meta Física 2015	Meta Financeira 2015
1024	ARTESANATO EM MOVIMENTO - APOIO A PROJETOS PRODUTIVOS DE ASSOCIAÇÕES E COMUNIDADES DE ARTESÃOS	MUNICÍPIO ATENDIDO	ASSOCIADO	3	7	233%	R\$ 51.000	R\$ 24.700	48%	1	R\$ 80.000

Programa Especial 726: Acesso à Justiça

	Ação	Produto	Tipo	Meta Física 2014	Realizado	%	Meta Financeira 2014	Realizado	%	Meta Física 2015	Meta Financeira 2015
1099	IMPLANTAÇÃO DOS NÚCLEOS DE ASSISTÊNCIA ESPECIALIZADA	NÚCLEO IMPLANTADO	ESPECIAL	2	0	0	R\$ 1.719.659,56	R\$ 1.408.297,02	81,90%	1	R\$ 1.000,00

EXECUÇÃO FINANCEIRA DAS EMENDAS APRESENTADAS POR SUGESTÃO POPULAR - Jan-Ago/2014

PROGRAMA 011 – ASSISTÊNCIA SOCIAL E DIREITOS HUMANOS						
AÇÃO	NOME DA AÇÃO	CRÉDITO INICIAL	CRÉDITO AUTORIZADO	DESPESA REALIZADA	%	2015
4203	PROMOCAO DE DIREITOS HUMANOS	R\$ 300.000	R\$ 300.000	R\$ 0	0%	Prevista
4307	GESTÃO, MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO DO SUAS	R\$ 50.000	R\$ 50.000	R\$ 0	0%	Prevista
4318	COFINANCIAMENTO DE SERVIÇOS E BENEFÍCIOS PARA MUNICÍPIOS NA EXECUÇÃO DE PROTEÇÃO ESPECIAL	R\$ 900.000	R\$ 900.000	R\$ 0	0%	Excluída
4319	ESTRUTURAÇÃO DA REDE DE ASSISTÊNCIA SOCIAL NO ESTADO	R\$ 500.000	R\$ 500.000	R\$ 0	0%	Excluída
4640	SERVIÇOS DE PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL DE ALTA COMPLEXIDADE	R\$ 700.000	R\$ 700.000	R\$ 0	0%	Excluída

PROGRAMA 050 - DESENVOLVIMENTO SOCIAL DOS VALES DO JEQUITINHONHA E MUCURI E NORTE DE MINAS						
AÇÃO	NOME DA AÇÃO	CRÉDITO INICIAL	CRÉDITO AUTORIZADO	DESPESA REALIZADA	%	2015
1048	ÁGUA PARA TODOS - UNIVERSALIZAÇÃO DO ACESSO E USO DA ÁGUA	R\$ 200.000	R\$ 200.000	R\$ 0	0%	Prevista

PROGRAMA 156 – INCENTIVO A CADEIAS PRODUTIVAS REGIONAIS						
AÇÃO	NOME DA AÇÃO	CRÉDITO INICIAL	CRÉDITO AUTORIZADO	DESPESA REALIZADA	%	2015
1024	ARTESANATO EM MOVIMENTO - APOIO A PROJETOS PRODUTIVOS DE ASSOCIAÇÕES E COMUNIDADES DE ARTESÃOS	R\$ 50.000	R\$ 50.000	R\$ 24.700	49%	Prevista

PROGRAMA 162 – DESENVOLVIMENTO DAS POLÍTICAS DE DIREITOS HUMANOS						
AÇÃO	NOME DA AÇÃO	CRÉDITO INICIAL	CRÉDITO AUTORIZADO	DESPESA REALIZADA	%	2015
4554	APOIO A INCLUSÃO SOCIAL DOS GRUPOS E INDIVÍDUOS VULNERÁVEIS E HISTORICAMENTE DISCRIMINADOS	R\$ 100.000	R\$ 100.000	R\$ 0	0%	Prevista
4475	OPERACIONALIZAÇÃO DOS CONSELHOS VINCULADOS A SUBSECRETARIA DE DIREITOS HUMANOS	R\$ 80.000	R\$ 80.000	R\$ 0	0%	Prevista
4035	APOIO A ESTRUTURAÇÃO DOS CONSELHOS TUTELARES E MUNICIPAIS DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE	R\$ 650.000	R\$ 650.000	R\$ 0	0%	Prevista
4054	CAPACITAÇÃO CONTINUADA DE CONSELHEIROS - ESCOLA DE CONSELHOS	R\$ 100.000	R\$ 100.000	R\$ 0	0%	Excluída
4079	IMPLANTAÇÃO DO PLANO DE ENFRENTAMENTO DA VIOLÊNCIA SEXUAL INFANTOJUVENIL	R\$ 100.000	R\$ 100.000	R\$ 0	0%	Excluída

PROGRAMA 726 – ACESSO À JUSTIÇA						
AÇÃO	NOME DA AÇÃO	CRÉDITO INICIAL	CRÉDITO AUTORIZADO	DESPESA REALIZADA	%	2015
1099	IMPLANTAÇÃO DE NÚCLEOS DE ASSISTÊNCIA JURÍDICA ESPECIALIZADA	R\$ 50.000	R\$ 50.000	R\$ 0	0%	Prevista